

A GOVERNANÇA TURÍSTICA DA REGIÃO DAS AGULHAS NEGRAS- RJ

Natasha Ribeiro Bantim Durães, Aguinaldo Cesar Fratucci

NATASHA BANTIM - Mestranda em Turismo - Universidade Federal Fluminense. Coordenadora técnica do eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer da E.T.E. Juscelino Kubitschek - FAETEC. <http://lattes.cnpq.br/4954533269572020>. natashabantim@id.uff.br
AGUINALDO FRATUCCI - Doutor e Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Adjunto do Departamento de Turismo da Universidade Federal Fluminense. Coordenador do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Turismo da Universidade Federal Fluminense. <http://lattes.cnpq.br/8489517667159662>. acfratucci@turismo.uff.br.

A GOVERNANÇA TURÍSTICA DA REGIÃO DAS AGULHAS NEGRAS- RJ Palavras-chave: Turismo; Políticas públicas de turismo; Regionalização; Instância de governança; Região das Agulhas Negras, RJ. Neste trabalho pretende-se apresentar as discussões e resultados preliminares de uma dissertação de mestrado que tem como objetivo analisar a governança da região turística das Agulhas Negras (RJ), entendida como um destino único cujo território ultrapassa as fronteiras do estado do Rio de Janeiro, avançando pelo território do estado de Minas Gerais. A pesquisa se estruturou nas seguintes etapas: aprofundamento teórico com base em pesquisa bibliográfica sobre os principais conceitos abordados na pesquisa e utilizados como referências teóricas, entrevistas exploratórias, semiestruturadas realizadas com agentes que participam da rede regional em estudo, e por fim, análise qualitativa com base na metodologia de análise de conteúdo das informações obtidas nas etapas anteriores, onde se buscou uma aproximação da realidade a partir do referencial dos entrevistados. No caso da região das Agulhas Negras e seu Conselho Regional de Turismo (CONRETUR), questiona-se se esses municípios de Minas Gerais estão, de alguma forma, contemplados nas decisões do referido conselho já que efetivamente fazem parte do território que envolve o turismo na região. Acredita-se que a partir do momento em que nem todos os agentes sociais envolvidos com o turismo de uma região estão representados naquela instância de governança, a legitimidade de suas decisões podem ser questionadas.

Palavras-chave: Turismo; Políticas públicas de turismo; Regionalização; Instância de governança; Região das Agulhas Negras, RJ

Referências: Brasil. (2004). Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil: Diretrizes Operacionais. Brasília. Brasil. (2007b). Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 3: Institucionalização da Instância de Governança Regional. Brasília, Ministério do Turismo. Cerqueira, R. R. (2009). As Instâncias de Governança de Turismo no Brasil. In: Zapata, T. Desenvolvimento local e a nova governança, 201-229. Recife: IADH. Dagnino, E. (2002). Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. In Dagnino, E. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil, 9-16. São Paulo: Paz e Terra. Ferreira, H. (2010) A dinâmica da participação na construção de territórios sociais e do patrimônio ambiental da Ilha Grande-RJ. (Tese de Doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Fratucci, A. C. (2008). A dimensão espacial nas políticas públicas Brasileiras de turismo. (Tese de Doutorado). Curso de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. Fratucci, A. C. (2014) A dimensão espacial das políticas públicas de turismo no Brasil. In: Pimentel, T.; Emmendoerfer, M.; Tomanzi, E. Gestão Pública do Turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações, 39-64. Caxias do Sul: Educ. Gonçalves, A. (2005). O conceito de governança. Anais do XIV Encontro do Conpedi. Região de Visconde de Mauá. (2017, 18 maio). Recuperado de: <https://www.visiteviscondedemaui.com.br/> Souza, M. L. (2013) Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Zapata, T. (2009). A importância da nova governança para construir uma outra cultura política no Brasil. In: Zapata, T. Desenvolvimento local e a nova governança, 9-29. Recife: IADH.